

Peripécias da recepção de Machado de Assis

John Gledson

Guimarães, Hélio de Seixas. *Machado de Assis, o escritor que nos lê. As figuras machadianas através da crítica e das polêmicas*. São Paulo: Editora da Unesp, 2017. 308 pp.

O primeiro livro de Hélio Guimarães sobre a recepção de Machado, *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*, apareceu em 2004 (com segunda edição em 2012). Este segundo volta aos críticos mais importantes que escreviam quando Machado ainda era vivo, e nos traz ao longo do século XX, até nossos dias. Obviamente, dada a quantidade de material, há que haver uma escolha criteriosa. Deve-se concentrar no valor intrínseco de cada obra crítica, e sua influência? As controvérsias a que levaram? A história da recepção pública do autor, sua reputação nacional? Sua posição internacional, na “república mundial das letras”?

Machado de Assis, o escritor que nos lê trata de todos esses assuntos, mas sempre com olho no que realmente importa, no que será de interesse real para o leitor. Defendido como tese de livre-docência em 2013, mas bastante mudado, incorporando novos argumentos e pesquisas, este livro tem o potencial de ser um clássico do assunto.

Guimarães divide os anos entre 1880 e hoje em quatro seções: a primeira trata das reações críticas contemporâneas, a segunda vai de 1908 até a década de 1950, com ênfase nas dificuldades do modernismo com a figura de Machado, na publicação da biografia de Lúcia Miguel Pereira, de 1936, e na glorificação pública, em 1939, no centenário do nascimento do romancista. Uma terceira focaliza o *Brazilian Othello de Machado de Assis*, de Helen Caldwell, as controvérsias e os desencontros que deslanchou; e a quarta, os anos depois da publicação de *Ao vencedor as batatas*, de Roberto Schwarz, até as polêmicas recentes ao redor das dimensões “nacional” e “universal” da obra.

Devo sublinhar que outros assuntos aparecem nesses capítulos: a “estrutura” do livro é bem flexível, e permite digressões sobre outros assuntos, como o primeiro comentário de Drummond sobre Machado, de 1926, forçadamente crítico (e que depois repudiou), ou uma análise detalhada do primeiro filme baseado em um conto

machadiano, “Um apólogo” (“A agulha e a linha”), de 1939. Essa variedade contribui muito ao prazer e ao estímulo da leitura.

A seguir, vou concentrar minha atenção no que é mais novidadeiro, e até certo ponto mais controverso. No primeiro capítulo, vem a sugestão de que o prefácio, “Ao leitor”, de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, que só apareceu na versão-livro do romance, e estava ausente do folhetim publicado na *Revista Brasileira*, foi inspirado num artigo de Artur Barreiros em *Pena e Lápis*, de junho de 1880, que dizia que o romance estava “diretamente inspirado nos humoristas ingleses”. Segundo Guimarães, Machado “rapidamente incorporou a referência”, e “os primeiros leitores morderam a isca”. É muito verossímil, se bem que “Ao leitor” se refere a dois autores de língua francesa (Stendhal e Xavier de Maistre), e só a um de língua inglesa (Sterne). Barreiros, que morreu jovem em 1885, era muito amigo e muito admirado por Machado. A história do uso de autores estrangeiros por Machado, e a questão de ele ter seguido modelos ingleses ou franceses talvez seja mais complexa. “Ao leitor” tem o seu quê de anúncio, ou de autodefesa. As páginas sobre “Instinto de nacionalidade” e a famosa citação de David Masson, biógrafo escocês de Milton, sobre o cardo e o tojo (cujo original Guimarães localizou) são bem interessantes, mas não posso deixar de suspeitar que o assunto é mais complexo – as palavras de Masson foram citadas através de um – ainda não identificado – “notável crítico da França”. Em todo caso, um dos maiores fascínios deste livro é seu tratamento deste assunto espinhoso, a que voltaremos.

No segundo capítulo, dois assuntos me chamaram a atenção – a análise da indiferença, ou até antipatia a Machado dos modernistas, exemplificada na pergunta de Mário: “Amas Machado de Assis?”; e a história de como vieram a acontecer as comemorações de 1939. Havia uma dose de ansiedade nessa antipatia modernista? Guimarães sintetiza a situação em duas citações memoráveis: a primeira de Marques Rebelo: “eu me sentia abafado pela presença do mulato no bico da minha pena” (“Mulato”, notem bem – fica evidente neste capítulo o quanto essa geração não se tinha libertado de certos estereótipos). Graciliano, porém, com seu infalível sarcasmo, fala de um Machado “devidamente espanado” para fins propagandísticos. As comemorações do centenário bem possivelmente não teriam acontecido sem a recusa do secretário de Educação gaúcho em permitir o uso do nome do autor para uma escola, alegando que era “fascinante inoculador de venenos sutis” e, portanto, mau exemplo para a juventude. Paradoxalmente, foi a reação a esse ponto de vista (nada excepcional na época) que deu o impulso às celebrações, adaptando-se Machado quanto era possível à ideologia do Estado Novo – “espanando-o”, numa palavra. Centrado em

três críticos da década, Lúcia Miguel Pereira, Augusto Meyer e Astrojildo Pereira, esse capítulo é um modelo de clareza e equilíbrio.

O terceiro capítulo é o mais surpreendente. Está centrado na reviravolta causada pelo argumento de *The Brazilian Othello de Machado de Assis*, publicado na Califórnia em 1960. A versão aceita da história é que nesse livro, argumentando que Capitu não era adúltera, Helen Caldwell revirou tudo, e que é responsável por boa parte da mudança – saudável – na visão que temos de Machado. Eu, entre outros, aceitei essa história, e chegamos a especular sobre as razões da perspicácia de Caldwell – por ser estrangeira? Por ser mulher? Por ser (talvez) protestante? Novamente, vem à tona a dimensão internacional – Caldwell até insistia muito no aspecto “shakespeariano” do seu argumento. Guimarães decidiu pesquisar – um projeto nada fácil, porque as evidências são mal conhecidas, e ainda hoje persistem mistérios. Mas estabelece alguns fatos, que acho que nos levarão a comer nossas próprias palavras (“*eat our words*”). Caldwell, professora de Latim na universidade da Califórnia, foi entusiasta de Machado, publicando em 1952 um extenso artigo (“Our American Cousin”) sobre as suas conexões com a literatura de língua inglesa. A tradução de *Dom Casmurro* apareceu em 1953, com prefácio de Waldo Frank. Lá, em palavras claras e sucintas (citadas na p. 177 do livro de Hélio), Frank aponta para a ambiguidade do enredo (não à inocência de Capitu), coisa a que “Our American Cousin” não se refere (o artigo vem traduzido por Guimarães na excelente *Machado de Assis em Linha*, editada por ele e Marta de Senna). Guimarães não afirma, mas parece fora de dúvida que a “descoberta” (relativa, como veremos) da “questão” não é de uma professora protestante americana, mas sim de um judeu americano intelectual – literato – de esquerda, com um profundo interesse pela América Latina (ver *Wikipédia*). Por quê, podemos perguntar (espero que com espírito imparcial, sem malícia), o prefácio de Frank sumiu? É importante questionar o “mito”, para estabelecer a verdade, claro, mas também porque, com Frank, voltamos à *ambiguidade* do enredo, e não à briga sobre a “inocência”, digressão supérflua. Interessante notar que Ubiratan Machado encontrou outro artigo, publicado no *Correio da Manhã* em 1939 (!), que claramente afirma a mesma ambiguidade, como fizeram José Veríssimo em 1900 e Lúcia Miguel Pereira em 1959.

Peço perdão por ter caído mais uma vez nesta cilada. Um dos meus pretextos é que ilustra o imenso valor da pesquisa – Guimarães até achou algumas cartas de Caldwell para Américo Lacombe, de um português às vezes estranho. Já notei que a tradução dela de *Dom Casmurro*, em geral boa, às vezes perde matizes da língua falada, e não me surpreendeu que tivesse ido ao Brasil pela primeira vez em 1961. Guimarães

também investiga outro caso triste e até semelhante, o de Eugênio Gomes, que fingiu ignorar *The Brazilian Othello* quando escreveu *O enigma de Capitu*, quando as evidências do contrário – três artigos de jornal – existem.

Vou tratar mais sumariamente do último capítulo, que focaliza a obra de Roberto Schwarz, a minha, e a de Alfredo Bosi, dando um resumo imparcial dos nossos argumentos, das nossas qualidades e diferenças, para tratar no fim algumas polêmicas, de Abel Barros Baptista contra o que chama “o paradigma do pé atrás” (a que já respondi em longo artigo), e finalmente entre Schwarz e Michael Wood, que focaliza a “dimensão internacional”, e a suposta insuficiência da crítica “nacional” de dar conta dela. Uma primeira reação, compreensível, aos argumentos “internacionalistas” é que se não cabe separar Joyce de Irlanda e de Dublin, por que faríamos o mesmo com Machado, o Brasil e o Rio de Janeiro? E tenho a forte suspeita de que entra aqui um pouco do espírito daquela famosa citação – apócrifa – de De Gaulle, de que “*le Brésil n'est pas un pays sérieux*”. Ninguém (Wood entre eles: ver seu excelente livro sobre Stendhal, de 1971) deixa de levar a sério o subtítulo de *Le rouge et le noir* – “Une chronique de 1830”, sem que isso afete a “universalidade” do romance.

Mas... não há como negar que esta relação é um ponto nevrálgico. A teoria de Roberto Schwarz não repousa, com as “ideias fora de lugar”, sobre a mesma dis/junção, pelo menos em parte? E envolve o próprio Machado, como Guimarães prova com novos detalhes, dos quais vimos alguns; já era mais do que implícito em 1873, em “Instinto de nacionalidade”. Ao ler e editar as crônicas, fico atônito pelas junções ousadas de *faits divers* locais e referências literárias e históricas “eruditas” e certamente internacionais. Roberto Schwarz lança mão da crônica, modelar neste sentido, e conhecida pelo título “O punhal de Martinha”, para ilustrar seu ponto de vista. O que este livro nos ensina é que há uma história a contar, que nos leva não só às influências e referências de Machado (já tratadas em vários livros e ensaios), mas a outras histórias, mais abrangentes, até às vezes mais constrangedoras.

Mais uma razão para saudar o aparecimento de *Machado de Assis, o escritor que nos lê*. Leva os estudos sobre a recepção de Machado a um novo patamar.

John Gledson é professor emérito da Universidade de Liverpool